

# OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Secção de São Paulo  
134.º EXAME DE ORDEM - 2.ª FASE

Aplicação: 9/9/2008

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

PONTO SORTEADO

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Verifique se o seu nome, RG e n.º de inscrição estão corretos e assine, na capa, no local reservado.
- 2 Escreva o número do ponto sorteado no espaço reservado.
- 3 **Não será considerada a peça elaborada em discordância do ponto sorteado.**
- 4 APROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL abrange duas partes:
  - a) Redação de Peça Profissional, privativa do advogado, na área de opção do examinando, a saber: Civil, Penal, Trabalho ou Tributário;
  - b) Respostas a 5 questões práticas, sob a forma de situações-problema.
- 5 A prova deve ser feita com caneta de tinta azul ou preta.
- 6 Não assine sua prova, pois isso a identificará e, conseqüentemente, a anulará.
- 7 Serão permitidas consultas a legislação, livros de doutrina e repertórios de jurisprudência. É vedada a utilização de sinopses e roteiros de peças jurídicas, dicionários jurídicos e obras que contenham formulários e roteiros de peças jurídicas, questões sob a forma de perguntas e respostas, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas, mesmo as editadas sob a forma de livro, bem como toda e qualquer publicação editada ou patrocinada por cursos especializados no preparo para concurso de Exame de Ordem.
- 8 Será considerado aprovado o examinando que obtiver nota igual ou superior a 6.
- 9 Duração da prova: 5 horas, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e à transcrição dos textos dos rascunhos para os locais definitivos.
- 10 Não será permitido sair do local do Exame antes de transcorridas 2 horas e 30 minutos do seu início.
- 11 Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada.

#### **Observações:**

- a) Não serão fornecidas folhas complementares.
- b) Não serão avaliadas as respostas das questões ou redação da Peça Profissional elaboradas fora do local destinado.

Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!

## Ponto 1

A instituição financeira A. A., sediada no município de São Paulo, foi surpreendida com o aumento — de 9% para 15% — da alíquota da contribuição social sobre o lucro (CSLL), previsto no artigo 17 da Medida Provisória n.º 413/2008, a qual, por determinação de seu artigo 18, entraria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, com relação ao aumento da referida alíquota, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da respectiva publicação.

Inconformados com o referido aumento, por entendê-lo inconstitucional, os diretores da A. A. resolveram contratar advogado para ajuizar a medida judicial competente para evitar o pagamento da mencionada majoração de CSLL e para, desde o primeiro momento, discutir toda a questão de mérito. Por cautela, a diretoria achou por bem solicitar que seja oferecido ao juízo competente o depósito do montante integral, com o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do disposto no artigo 151 do Código Tributário Nacional.

Considerando a situação hipotética descrita, redija, na condição de advogado contratado pela instituição financeira A. A., a medida judicial que entender cabível, com fundamentação na matéria de direito pertinente, apresentando todos os requisitos legais que a peça exigir.

## Ponto 2

A sociedade de advogados "A", estabelecida na capital de São Paulo há mais de 20 anos, resolveu adquirir um imóvel para onde pretende transferir suas atividades. A referida sociedade, durante todos os anos de sua existência, auferiu, tão-somente, receita decorrente do exercício da advocacia. Ao pretender realizar a operação de compra e venda do referido imóvel com a lavratura da competente escritura pública, "A" surpreendeu-se com a notícia de que teria de pagar o imposto previsto no artigo 156, inciso II, da Constituição Federal. Não se conformando com tal exigência, os sócios de "A", por não atuarem na área tributária, resolveram contratar advogado especializado nessa área, para ingressar com medida judicial que vise a inibir essa exigência da municipalidade de São Paulo. Segundo solicitação dos sócios de "A", a medida judicial não deve causar qualquer contingência pecuniária futura, no que se refere a honorários da parte contrária.

Considerando a situação hipotética acima, redija, na condição de advogado contratado pelos sócios de "A", a medida judicial que entender cabível, com fundamentação na matéria de direito pertinente, apresentando todos os requisitos legais que a peça exigir.

## Ponto 3

A empresa "B" tem por objeto social atividade de arrendamento mercantil, equiparada à atividade das instituições financeiras para fins de tributação de vários tributos (IR, CSLL, PIS, COFINS etc.). Contudo, enquanto vigia a legislação da CPMF, as empresas de arrendamento mercantil estavam obrigadas a pagar a CPMF sobre as operações previstas no seu objeto social (operações próprias — arrendamento), o que já não ocorria com as instituições financeiras, que estavam desobrigadas do pagamento da referida exação tributária. A empresa "B", durante todos os anos de vigência da CPMF, pagou o referido tributo, que incidia sobre as operações de arrendamento mercantil. Alertada da eventual inconstitucionalidade da cobrança, "B" pretende reaver os valores pagos indevidamente.

Considerando a situação hipotética acima, redija, na condição de advogado contratado pela empresa "B", a medida judicial que entender cabível, com fundamentação na matéria de direito pertinente, apresentando todos os requisitos legais que a peça exigir.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO



Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!



Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!

**QUESTÃO 2**

Suponha-se que João receba uma doação de R\$ 100.000,00, em dinheiro, de um parente residente no exterior. Nessa situação, há incidência do imposto de renda e proventos de qualquer natureza (IR)? Justifique a sua resposta (no caso de resposta afirmativa, especifique a alíquota).

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

RASCUNHO

**TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA**

Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!

**QUESTÃO 3**

Seria constitucional a instituição de taxa pela prestação de serviço de proteção das praças públicas existentes no estado de São Paulo? Fundamente a sua resposta.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

RASCUNHO

**TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA**

Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!

**QUESTÃO 4**

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 153, inciso VII, a criação, pela União, do imposto sobre grandes fortunas; entretanto, até a presente data, a União não instituiu o referido tributo. A esse respeito, pergunta-se: o direito de a União instituir o referido imposto prescreveu? A União poderia delegar competência aos estados para instituí-lo? Fundamente ambas as respostas.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

RASCUNHO

**TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA**

Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!

**QUESTÃO 5**

Recentemente foi majorada a alíquota do imposto sobre operação de crédito (IOF) como forma de o Governo Federal suprir a perda de arrecadação da extinta CPMF. Alegando que o referido aumento seria inconstitucional, alguns partidos políticos ingressaram junto ao Supremo Tribunal Federal com ações diretas de inconstitucionalidade (ADI). Entre os argumentos utilizados pelos autores das aludidas ações, destaca-se o de que o IOF deve possuir, preponderantemente, fins extrafiscais e, não, fiscais. Em face dessa situação, estabeleça a diferença conceitual entre fiscalidade e extrafiscalidade de um tributo.

**RASCUNHO DA RESPOSTA**

RASCUNHO

**TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA**

Não utilize esta página  
em nenhuma hipótese!